



GEOESTRATÉGIA DOS ESPAÇOS ECONÔMICOS

Poder local, poder global e gestão do território.

Marcelo Milano Falcão Vieira^(*)

Euripedes Falcão Vieira^(**)**

^(*) **Marcelo Milano Falcão Vieira** é Ph.D. em Administração pela University of Edinburgh, Escócia. Professor adjunto da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EBAPE/FGV). Pesquisador do CNPq. Seus interesses de pesquisa estão ligados à influência do poder e do ambiente institucional na estruturação das organizações; formação e estruturação de campos organizacionais; e dinâmica de setores organizacionais. E-mail: mmfv@fgv.br

^(**) **Euripedes Falcão Vieira** é Doutor em Geografia pela Universidad Del Salvador, Buenos Aires e Bacharel em Ciências Políticas e Econômicas. Foi Reitor da Fundação Universidade Federal do Rio Grande. Educador Emérito do Rio Grande do Sul; Mérito Educacional da FURG; Mérito Comunitário; Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Interesses atuais de pesquisa: geoestratégia dos espaços econômicos; poder e gestão do território. E-mail: falcaovieira@vetorial.net

Sumário: 1. Introdução; 2.O Espaço Econômico; 3. Os fluxos e as novas formas de organização e redefinição do território 4. Geoestratégia global; 5. A caracterização dos lugares; 6.O reordenamento dos lugares na economia global; 7. A razão global, poder e influência de poder sobre o território; 8. Ciberespaço-tempo, a interatividade virtual e a teia global; 9. O tempo da modernidade e o tempo da pós-modernidade; 10. Considerações finais; 11. Referências Bibliográficas.

Palavras-chave: geoestratégia global, poder e gestão transterritorial, ciberespaço-tempo, modernidade e pós-modernidade.

1.INTRODUÇÃO

O presente trabalho estuda a geoestratégia dos espaços econômicos no âmbito das novas articulações da economia global. As estratégias territoriais em contexto de multipolaridade produtiva são relevantes às relações e operacionalizações que se estabelecem entre as diferentes dimensões dos mercados. A dimensão geoestratégica dos espaços econômicos incorpora as redefinições espaciais em função das novas estratégias globais das grandes corporações transnacionais. Trata-se, portanto, de uma configuração tempo-espacial formadora de cenários próprios à articulação entre a importância do lugar, o local da ação e a manifestação de poder. No atual estágio tecnológico comandado pela rapidez da realidade virtual, o paradigma tempo-espaco é a expressão de um mundo em transformação, no qual as distâncias não contam mais e os centros e as sedes das ações formam as conexões lógicas no ato de produzir, de comandar e exercer poder e influência de poder. A gestão do território assume novos contornos, compartilhamentos e se vincula à logística dos interesses de mercado. Na nova configuração de interesses da economia global, as barreiras espaciais cedem e se criam os lugares-globais, que representam fragmentações do espaço territorializado. A territorialização dos espaços produtivos globais representa desterritorialização de espaços nacionais (Vieira e Vieira, 2003).. **A geografia dos lugares,**

nacionais, transnacionais, regionais e continentais, é um tempo-espaço de realidades físicas e virtuais. Delas se projetam em todas as direções formas de poder e influência de poder. O poder e a gestão do território nos grandes e complexos organismos econômicos e políticos - blocos regionais – enfrentam a realidade histórica de cada membro, as desigualdades dos ritmos de desenvolvimento, de cultura e de níveis sociais. São realidades difíceis de harmonizar e que acabam por categorizar centros hegemônicos de poder e uma orla nacional de dependência. A geoestratégia global, portanto, apropriada, redefine e reordena espaços produtivos e de circulação produtiva, estabelecendo novas relações de poder e de gestão dos territórios. Em consequência, a ação e o poder se materializam sobre um objeto físico que é o lugar-global, transformando-o em um objeto geográfico global onde se circunscrevem as práticas econômicas e se produzem as manifestações do poder transterritorial.

Os acordos multilaterais estabelecidos no novo contexto visam assegurar benefícios e vantagens comparativas entre países e grupos de países. Contudo, Bauman (2000, p.36) se refere a um recente Acordo Multilateral de Investimentos, “que para todos os efeitos amarra as mãos dos governos nacionais e desamarra as das empresas extraterritoriais”. Mas essa é uma realidade da nova dimensão tempo-espaço econômico transterritorial, na qual se assinala o principal marco de enfraquecimento da soberania.

O tempo-espaço cibernético, a partir dos anos 70 do século XX, introduzido pelos avanços da tecnologia microeletrônica, mudou os padrões de produção, organização e de gestão do território. O conhecimento e a informação assumiram o comando da vida econômica e a partir dela condicionaram, de certa forma, os costumes, procedimentos e tendências.. A localidade passa a ter importância maior na instalação de grandes complexos produtivos e, particularmente, de alta tecnologia em diversas partes do mundo. O capitalismo passa a ser global à medida que produz, monta, distribui e se organiza em redes por todos os quadrantes do mundo. A grande produção passa a ser global; os bens de consumo têm vários componentes produzidos em diversos lugares-globais do mundo. A economia é global e de velocidade. A informação e as decisões fluem instantaneamente entre os centros e a sede da ação econômica. A mudança e a inovação são palavras-chaves no novo cenário mundial, definindo o paradigma pós-moderno.

Os novos modelos de gestão do território, principalmente, os de compartilhamento entre o poder público e o privado evoluem com as novas estratégias territoriais de produção. A questão do poder e a gestão do território só serão entendidas sob as luzes dessa nova realidade. Os Estados nacionais perderam poder com a economia global e vêm sofrendo vários arranhões em suas soberanias. Os grandes blocos econômicos e os inúmeros organismos internacionais que controlam o setor financeiro e o comércio mundial formam como que uma governança global à qual os estados nacionais da orla capitalista são obrigados a se submeter no contexto de uma histórica dependência.

2. O ESPAÇO ECONÔMICO

A sociedade da aurora do terceiro milênio é, seguramente, a mais contraditória de todos os tempos. Inovações tecnológicas rápidas, transformações políticas de grande repercussão mundial, a nova economia e os caminhos virtuais formam o grande espectro da nova época. Tudo acontecendo no tempo-espaço contraído, num mundo sem fronteiras, do global e do local, das redes e das técnicas. É a sociedade da riqueza, do luxo, do conforto, mas, igualmente, a sociedade da pobreza, da miséria e da fome. A chamada era informacional (Castells, 1999), de brilho sem igual no aparato das técnicas e da inteligência é, também, a era das desigualdades sociais, da exclusão social e da má qualidade de vida para milhões de pessoas.

A visão de nova configuração tempo-espaço produtivo, as estratégias globais de ação e as articulações das macrorregiões definem a geoestratégia dos espaços econômicos, o poder global e a gestão transterritorial na presente atualidade.

A geoestratégia dos espaços econômicos globais é uma configuração tempo-espaço em territorialidades logísticas de interesse das grandes corporações mundiais. Por outro lado, as regiões-estados, com parlamentos próprios, moeda comum e estratégias globais dominarão os meios de produção, de circulação e consumo nos próximos anos. Serão, também, e naturalmente, os centros do poder global irradiado pelas multipolaridades locais e regionais. As transformações profundas e os impactos da nova ordem global sobre os Estados nacionais periféricos são fontes de incertezas para os cenários futuros.

3. OS FLUXOS E AS NOVAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO E REDEFINIÇÃO DO TERRITÓRIO

As civilizações se organizaram e evoluíram por meio de sistemas de fluxos de demandas e decisões. Ao longo do tempo variaram a dimensão e a forma do espaço construído, mudando também a natureza dos fluxos. Na presente atualidade as práticas econômicas seguiram o processo de aprimoramento e de evolução tecnológica, aumentando gradativamente a velocidade do conhecimento e da informação. A evolução da tecnologia influenciou as revoluções sociais e econômicas em diversos momentos da história, definindo e redefinindo atualidades. As novas tecnologias sempre impuseram mudanças e, essas, reestruturações, transpondo os tempos de cada modernidade.

A revolução tecnológica introduzida pela microeletrônica, a economia global, a internacionalização do Estado-nação e a emergência de poderosos Estados-regiões produziram transformações substanciais nas formas espaciais. Em termos de economia global, os lugares assumiram novas categorias organizacionais, definidas e funcionalizadas segundo os atributos logísticos e a geoestratégia dos espaços econômicos. A queda das barreiras espaciais, os lugares-globais, as regiões transnacionais, os fluxos cruzados da produção e circulação de bens em regiões de consumo compartilhadas formam o espectro do chamado pós-modernismo territorial (transterritorialidade). A organização e o funcionamento dos territórios compartilhados por acordos multilaterais, originando as regiões transnacionais de interesses entre países – blocos e megablocos econômicos - constituem macro-categorias territoriais. Formam-se, dessa forma, Estados-regiões, nos quais se estabelecem princípios de organização e funcionalidade que atendam interesses recíprocos. A observância de procedimentos contratuais implica no estabelecimento de uma ordem política e jurídica específica capaz de assegurar o fortalecimento dos Estados-regiões.

A policentralidade dos fluxos econômicos identifica mais intimamente a atual fase do capitalismo, cujos pressupostos maiores são: a alta tecnologia, a informação, o

conhecimento e os mercados globais. Todos esses fatores indicam uma situação histórica de convergência e fragmentação ao mesmo tempo. Convergem para as novas formas espaciais investimentos em unidades de produção parcial, representando fragmentações tecnológicas que irão formar fluxos para os espaços de montagem. Há uma interconexão global entre a produção acabada, a produção de componentes, as linhas de montagem, os mercados consumidores, a informação, o conhecimento, a inovação tecnológica e o poder e a influência de poder de caráter transterritorial.

Os espaços de fluxos deixaram rapidamente de ser nacionais. O tempo-espaço para as estratégias de produção, circulação e consumo passa a ser transterritorial, sem barreiras, sem fronteiras e muitas vezes sem soberania. A decisão de onde, como e quanto investir em unidades de produção ou complementares é exclusivamente da empresa. A proximidade de blocos de grande consumo garante, a custos reduzidos, em contextos de produção privilegiada, o domínio dos mercados. A perda de identidade produtiva nacional é um risco que começa a ser avaliado. Há o temor de perder-se o tempo do desenvolvimento sustentado, o que pode representar um custo nacional muito alto. Certamente, no processo de abertura à inserção global, não foi considerado devidamente o princípio fundamental de que a dialética da globalização é a dialética do poder transterritorial. Poder quase ilimitado do capital e, dele, como consequência imediata, os poderes de manipulação dos mercados, de enfraquecimento das estruturas sociais, de sujeição a valores e significados impostos. O capitalismo é um sistema econômico orientado para o crescimento. O desenvolvimento agrega conteúdo social e depende de políticas públicas. À medida que cresce o poder econômico transterritorial diminui, em contraposição, o poder político das identidades nacionais

A crescente intensidade dos fluxos globais se faz sem as antigas restrições nacionais, mostrando que a queda das barreiras espaciais é uma realidade. Nas regiões de grandes fluxos de produção e de consumo, o grande poder que emerge é o das corporações transnacionais. Consagra-se uma lógica global de realidades transterritoriais que se sobrepõe esmagadoramente às realidades nacionais. A desnacionalização da economia assumiu proporções que ultrapassaram os limites do controle mínimo das riquezas nacionais, tanto naturais como as geradas pela atividade econômica. Furtado (2000) defende um novo procedimento econômico, no qual as prioridades sejam o fortalecimento dos mercados

internos, o investimento maciço em formação de mão-de-obra especializada, reforma da estrutura rural, menor dependência a financiamentos externos, maior preocupação com os problemas sociais e o retorno às políticas de planejamento. No Brasil os grandes planos nacionais de desenvolvimento que permitiram a construção dos sistemas energético, de telecomunicação, de transporte e de desenvolvimento regional foram substituídos por políticas de desnacionalização e dependência. A gestão externa dos segmentos estratégicos da economia brasileira irá conduzir, conforme Furtado (2000), a um crescimento do fluxo permanente de recursos internos para o exterior.

4. GEOESTRATÉGIA GLOBAL

A geoestratégia dos espaços econômicos, na visão global, configura novas categorias de regiões, para além dos tradicionais marcos geográficos; são cenários do pós-modernismo territorial. Não mais se trata, como acentuou Boisier (1996) de uma territorialidade autárquica, mas de caráter interativo, multipolar na produção, nos objetivos de assegurar mercados de consumo, cooperação mútua e fortalecimento das identidades nacionais. A organização, redefinição e gestão do território produtivo global – lugares-globais – evidenciam a importância dos lugares. São espaços econômicos com outra formulação; trata-se de espaço produtivo fragmentado, interativo, multipolarizado em insumos, componentes e montadoras assegurando, contudo, o caráter global.

Em tempos de nova ordem econômica internacional, os lugares passaram a desempenhar um importante papel na definição das estratégias globais. Os lugares são disputados pela posição estratégica, pelas vantagens oferecidas, pela logística instalada e pela infra-estrutura que permitem realizar, com eficiência e custos reduzidos, as operações produtivas e circulatórias no processo de globalização. Pode-se, dentro da nova categorização de lugar, destacar os lugares-locais e os lugares-globais, e neles os poderes correspondentes. Para o melhor entendimento das duas categorias torna-se necessária, em primeira abordagem, uma rápida análise conceitual.

O lugar-local é o espaço da herança histórica. Dele se projeta a percepção de realidades construídas no passado, modernizadas de acordo com os ritmos econômicos e renovadas com os avanços culturais. O lugar-local é base de sustentação do território organizado (Vieira e Vieira, 2002). Os processos demográficos, econômicos e culturais têm caráter histórico e fazem parte do contexto da formação econômica e social da região de inserção. **O lugar-global é a definição do espaço em função do impulso globalizador da economia.** Pode ser parte do lugar-local onde a razão global desterritorializa o espaço produtivo, no sentido de separar o centro da ação da sede da ação, conforme Santos (1996). Assim, o lugar-global é a sede da ação, onde se operacionalizam as práticas produtivas e circulatórias; o centro da ação, contudo, pode estar muito distante, virtualizado em operações de comando.. A gestão do território, na nova dimensão dos lugares, depende das forças que sobre ele atuam. A intensidade das forças está na razão imediata do poder que emana dos interesses em jogo. Quanto maior o poder das corporações transnacionais, maior a influência sobre a apropriação e a gestão do território.

5. A CARACTERIZAÇÃO DOS LUGARES

O lugar, a ação e o poder são os novos componentes na organização, redefinição e gestão dos territórios no âmbito da economia global. A análise desses componentes constitui a temática que se insere nas considerações do pós-modernismo territorial. A análise de categorias espaciais das estratégias econômicas globais - o lugar, a região, a macrorregião - estabelece a geometria da transterritorialidade. **A territorialização de espaços produtivos mundiais caracteriza os lugares-globais que podem representar desterritorialização de espaços nacionais sob o ponto de vista da operacionalização das atividades de produção e circulação de produtos.** Nessas áreas de ação das grandes corporações transnacionais se manifestam formas de influência diferenciada sobre a gestão do território.

A fragmentação do espaço (sócio-econômico) define a realidade emergente do processo de globalização econômica: o lugar onde se realizam as práticas produtivas

globais. São estabelecidas, desta maneira, no espaço construído ou em redefinição, conexões entre a ação de produção e a manifestação de poder na gestão do território.

A natureza do lugar, sua representatividade produtiva, sua inserção em estratégias globais, a conexão em redes mundiais e a internacionalização dos fluxos representam a dimensão econômica tempo-espaço da atualidade. O pós-modernismo territorial rompe as barreiras espaciais (nacionais), redefine e reordena o conceito de região, produzindo os lugares transterritoriais na economia global. A transformação dos cenários onde se articulam a importância do lugar, o local da ação econômica e a manifestação do poder; a partir de atributos logísticos, assume a categoria geoestratégica transterritorial em função da integração econômica global e regional (Vieira e Vieira, 2000).

A regionalização, do ponto de vista econômico, tem um sentido mais amplo que a clássica região geográfica. A integração econômica em blocos é identificada numa região econômica, cujos limites e interesses vão além da região geográfica tradicional. **Recentemente (2003) o Japão e a ASEAN lançaram um grande projeto regional com vista à criação da Comunidade da Ásia Oriental; pouco depois (2004) seis nações asiáticas estabeleceram as bases para uma zona de livre comércio e grande abrangência geográfica lideradas pela Índia e a Tailândia.** A UE, a ASEAN e a ALCA expandirão o regionalismo econômico a novas escalas espaciais. Assim entendida, a regionalização econômica, em seus múltiplos formatos –multilaterais, associativos, comunidades, blocos, zoneamentos - é, na verdade, um trânsito conceitual, pois seus limites são indefinidos e os interesses nela contidos podem variar no tempo. Boudeville (1961), no trabalho “Espaços Econômicos” projetou uma atualidade ao afirmar que “o espaço geográfico constitui uma das dimensões de um espaço mais complexo: o espaço econômico”.

6. O REORDENAMENTO DOS LUGARES NA ECONOMIA GLOBAL

As novas regiões econômicas, e nelas os lugares, emergem como elemento importante no (re) ordenamento, na gestão e na integração dos territórios às redes mundiais.

O estabelecimento de estratégias transterritoriais promove ações políticas e pressões econômicas que determinam redefinições e reordenamentos, criando espacialidades específicas à produção, à concentração e à movimentação de bens econômicos. Dos territórios periféricos aos centros hegemônicos da economia mundial as negociações para abertura de espaços privilegiados à prática de estratégias competitivas, por grandes corporações transnacionais, configuram o novo cenário da economia global. As novas estratégias mundiais estabelecem novas relações entre as empresas e os governos dos países onde se instalam. Na prática os governos se limitam a atender os interesses das empresas de ação transnacionais, concedendo-lhes benefícios que as tornam competitivas no mercado internacional.

O paradigma tempo-espaço torna-se, portanto, o novo fundamento da economia de velocidade global. Produzir rapidamente, transportar rapidamente e consumir rapidamente proporcionam, através das tecnologias apropriadas, uma forte compressão do tempo-espaço. As distâncias passam a ser um produto social cuja magnitude e custos variam em função da velocidade empregada para superá-las seguindo o pensamento de Bauman (1999).

Os espaços nacionais de interesse à produção e ao consumo são reordenados e se inserem no tráfego global da economia. A apropriação, construção ou transformação do espaço pode caracterizar formas territorialmente determinadas em função dos objetos e das ações que nele se desenvolvem. Nessa concepção o espaço tem um sentido dialético que conduz ao entendimento do movimento, da dinâmica das ações e dos objetos. A espacialidade logística, definida nos lugares centros da ação econômica, produz a dialética dos espaços fragmentados. A dialética do espaço é, também, a dialética do tempo, pois todas as ações que conduzem à produção do espaço têm um sentido temporal. As acelerações do tempo nos processos econômicos conduzem ao aniquilamento do espaço, configurando a conceituação de compressão do espaço-tempo (Harvey, 1993).

7. A RAZÃO GLOBAL, PODER E INFLUÊNCIA DE PODER SOBRE O TERRITÓRIO.

A economia global introduziu novas manifestações de poder. Para Bauman (2000, p. 80) “uma tendência marcante de nosso tempo é a crescente separação entre poder e política: o verdadeiro poder, capaz de determinar a extensão das opções práticas, flui e, graças á sua mobilidade cada vez menos restringida, tornou-se virtualmente global, ou melhor, extraterritorial”. A razão econômica global introduz a forma de poder transcendente à política; é um poder determinante quanto à territorialidade da ação com participação apenas secundária ou complementar da representatividade política nacional, particularmente na orla dependente. Na pós-modernidade o poder tornou-se uma manifestação de virtualidades estratégicas e comandos vinculados e sugeridos, assumindo a realidade imaterial projetada no ciberespaço-tempo.

A dialética do poder político/poder econômico condiciona quase sempre a vida social. Há como que uma imposição de condutas e formas comportamentais a partir de imagens e signos simbólicos. O poder simbólico para Bourdieu (2001, p.9) “é um poder de construção da realidade”. A globalização chegou carregada de símbolos que deram passagem a novas formas de poder, seja pela realidade concreta, seja pela realidade virtual.

O poder global, transterritorial, poder de fluxo cibernético, induzido e instantâneo a partir dos centros da ação econômica configura, indubitavelmente, a realidade pós-moderna. Como acentua Bauman (1999, p.77) vivemos “um mundo onde o capital não tem domicílio estabelecido e os movimentos financeiros em grande parte estão fora do controle dos governos nacionais”, e acrescenta que a transnacionalidade das forças que enfraquecem os Estados são as mesmas que os excluem do terreno da ação deliberada, o que resulta numa condição potencialmente racional de dependência.

O poder político está dominado pelo poder “invisível” introduzido pela globalização. As forças do mercado, as superforças, evidentemente, exercem poder sem identificação nominal. É o poder anônimo que se faz sentir e atua acima das soberanias nacionais. O novo cenário do poder é alimentado pelo fato de serem os centros de significados e valores transterritoriais, comandados pelo poder “invisível” como sugeriu Bauman.

Na atualidade global, a partir da dialética do poder econômico, o espaço produtivo construído libera forças de poder e influências de poder. Os lugares-globais são territorializados, nacionalmente, para a produção e desterritorializados para efeito de fluxos

e manifestações de poder. Se não existe poder, mas práticas de poder como afirma Foucault (1996), pode-se considerar que a globalização é responsável por práticas e relações de poder congruentes; o poder passa a ser algo que se exerce, que se efetua, que funciona, conforme o autor. Ora, se a economia global e as tecnologias da informação produziram uma sociedade em rede é consensual que o poder está igualmente em rede, ou seja, há uma rede de poder que flui pelas mesmas vias das redes que produzem relações econômicas. Concretamente, há um poder latente nas relações políticas, econômicas e sociais cuja manifestação tem uma dependência circunstancial. Como o poder não é uma entidade real, ele se torna um atributo de quem representa uma situação concreta.

A economia global oferece outra característica do poder, resultado da multipolaridade dos centros e das sedes da ação econômica: o poder sem centro (Touraine, 1999). Os centros da ação econômica geram fluxos de poder pelas redes que interligam os diferentes interesses empresariais. No mundo econômico o poder se forma, como estrutura relacional, em ambientes de grande complexidade, principalmente na dimensão ciberespaço-tempo. O que flui pelas cibervias é uma forma de poder, impessoal e horizontal, racional e sem normas inflexíveis; é o poder virtual distante, e instantâneo, ao mesmo tempo. O poder na economia global se exerce sem confronto pessoal, sem determinação direta entre pessoas; são, na verdade, fluxos de informação que geram ações práticas, carregadas de poder intrínseco.

A globalização (mesmo em sua formulação abstrata) é um poder econômico amplo, indexado, ideológico e armado; poder dialético real e imposto.

As economias de mercado sempre tiveram um comportamento dúbio em relação ao poder do Estado-nação. Lebrun (1999, p.80) lembra que “ao tornar-se predominante, a economia de mercado precisa de um poder capaz de manter as condições do seu funcionamento natural”. O poder do Estado-nação, o controle que exercia sobre as economias nacionais não mais resiste aos ímpetus dos fluxos externos, tanto de capitais como de serviços, tecnologias e informação. As crises nacionais já não são discutidas no plano interno de cada país, mas com organismos internacionais que sujeitam a liberação de empréstimos ou renegociação de dívidas a medidas de ajuste fiscal, sempre com restrições sociais. Organismos como o FMI e o Banco Mundial destacam prepostos que se instalam no âmago do poder de cada país em crise, decidindo o que fazer e como fazer. **Perdendo o**

poder de intervir na economia, e sobre ela manter controle, cada Estado-nação passa, apenas, a administrar as decisões e influências do poder econômico global.

Nos espaços econômicos globais emerge também o poder compartilhado. Os lugares sedes da ação econômica global incorporam formas de influência de poder que se refletem na gestão do território. Os centros do poder político concedem à fragmentação dos territórios os espaços globais, incentivando a articulação em termos de gestão do território. Isto significa que ao se formarem círculos de poder nas formas espaciais propostas pela globalização, cada um deles teria sua parcela de participação na gestão do território. Essa articulação entre o global e o local pressupõe uma concepção de poder compartilhado entre as diversas categorias jurídico-administrativas dos espaços econômicos construídos ou dos espaços em redefinição.

8. CIBERESPAÇO-TEMPO, A INTERATIVIDADE VIRTUAL E A TEIA GLOBAL.

A tecnologia microeletrônica, tomada como singularidade no impulso do conhecimento, projetou um horizonte de eventos sociais, um tempo-espaço configurado à nova forma de realidade: a virtual. As cibervias criadas são caminhos virtuais pelos quais circulam os símbolos, as representações das idéias, das intenções e das informações, tudo carregado de pontos, subjetividades e imaterialidades. Esse novo mundo, o da realidade virtual passou, particularmente, após os anos 90 do século XX, a ser a própria imagem da realidade concreta, objetiva e material da economia global. Ambas as realidades se confundem, se fundem na verdade em única via de cumplicidade delimitada pelo ciberespaço-tempo. A delimitação tem um sentido expansivo, pois os avanços tecnológicos ampliam rapidamente os horizontes dos eventos econômicos, sociais e culturais de atualidades cada vez mais transitórias. Pelas vias do ciberespaço-tempo se movimentam os impulsos da interatividade em sistema de rede, uma teia interconectiva de eventos produzidos em ambientes geoestratégicos dos espaços de produção e dos fluxos de demandas e decisões. O campo organizacional formado pelas tecnologias informáticas

ampliou as possibilidades de interconexão de fluxos e reduziu as distâncias a pontos virtuais.

Há uma percepção da realidade concreta e virtual desconcertante. De uma visão geoestratégica dos espaços produtivos fragmentados – lugares-globais - passa-se a outra, a da interconexão virtual por meio de redes de informação e decisão. Se há uma estratégia territorial à produção igualmente, e com a mesma intensidade, há outra para os fluxos que se estabelecem entre os centros e as sedes da ação. Desses dois pontos ou nós de subjetividades lógicas virtuais se desdobram, em cascata, outros direcionados às dimensões do comércio e do consumo. São na verdade dois mundos em paralelo compondo um único campo de sentido amplo, o das organizações econômicas. A interatividade perpassa as duas realidades, compondo, entre elas, um complexo de relações nas quais se identificam e superpõe interesses imediatos de natureza econômica, de manifestação de poder e de influências sobre a gestão do território.

A caracterização do ciberespaço-tempo e todas as implicações de natureza prática na sociedade atual preconizam o entendimento da mudança, da inovação e da diferenciação de comportamento que orienta as relações do tempo pós-moderno. As interações entre os centros e as sedes da ação econômica, em diversos níveis e escalas de atribuições caracterizam muito mais comandos estratégicos do que propriamente subordinação. A especificação de atribuições envolve, pelo sistema de interatividade ciberespacial, a operacionalização de atividades estratégicas. O poder é mais implícito e passa a ser um atributo do desempenho, contrapondo-se ao poder explícito da hierarquização personalizada. O poder torna-se uma manifestação de valor agregado ao conhecimento e à informação de quem os detém.

A teia global é uma forma de manifestação interativa de poder. O ciberespaço-tempo é a materialização imaterial dessa nova forma de poder. Ela é uma forma abstrata e subjetiva, mas sempre uma forma de poder induzida pela ação. A ação que flui pelas cibervias gera poder sugerido, interpretado e acatado de acordo com a intensidade energética da qual é portadora. Nesse caso a impessoalidade é dominante, como quando são identificados comportamentos oscilatórios de mercado face aos eventos que lhes são favoráveis ou não.

O ciberespaço-tempo, a interatividade e as teias transterritoriais caracterizam claramente a nova época. A era cibernética deixou para trás um tempo de modernidade e instalou outro, o tempo da pós-modernidade.

9. O TEMPO DA MODERNIDADE E O TEMPO DA PÓS-MODERNIDADE.

Particularmente, o século XX foi marcado por acontecimentos que aceleraram as inovações científicas e tecnológicas e, portanto, as mudanças como, paradoxalmente, as guerras mundiais, a revolução soviética e o confronto ideológico que se seguiu.

O tempo da última modernidade foi o da sociedade industrial e da ordem social que ela desenvolveu. A pós-modernidade é um tempo novo no domínio tecnológico, na reestruturação do sistema capitalista, na policentralidade produtiva, na sociedade do conhecimento, nas teias estratégicas à interconexão dos fluxos e nas transterritorialidades hegemônicas e dependentes. É um tempo pós-industrial com referência ao perfil das industriais e a todo contexto social, econômico, político e cultural criado durante revolução industrial; o conhecimento e a informação passam a ser o foco principal da nova sociedade.

A Pós-Modernidade representa uma redefinição, um reordenamento e um redimensionamento da sociedade global a partir, principalmente, da última década do século XX (1990). **São factuais os eventos determinantes à passagem da modernidade industrial à pós-modernidade informacional: a revolução cibernética, a economia globalizada, a queda do modelo político-ideológico revolucionário, as mudanças organizacionais e de gestão, o poder transterritorial, os avanços no conhecimento e na informação.** Nessa breve decorrência de tempo ficaram para trás, rapidamente, os padrões e os significados da era moderna estabelecidos durante a longa duração da revolução industrial. As transformações que ocorreram na sociedade foram marcantes, particularmente, nas três últimas décadas do século XX. A análise mais acurada dos acontecimentos dos últimos 50 anos mostra, claramente, que a pós-modernidade não é um exercício mental, um tempo impreciso e indefinido quanto a fatos concretos, ou, ainda, indiferenciada em escala do conjunto de eventos que assinalaram a modernidade.

Modernidade e pós-modernidade retratam o conjunto de transformações na sociedade, alicerçadas por signos importantes que determinam as novas fases da evolução humana. Assim, o ciclo das grandes navegações transpôs o ordenamento da sociedade medieval, produzindo movimentos sociais de mudança e renovação do pensamento. Cada modernidade, portanto, não é senão uma profunda mudança nos modos de manifestação do ordenamento social e das capacidades individuais e coletivas, comandadas ou desencadeadas por um signo que se torna referencial na evolução da sociedade. A máquina a vapor e o computador são signos de época que produziram transformações radicais na evolução da sociedade. O sujeito indivíduo e o sujeito social reagiram às inovações com novas formas de comportamento que não representaram apenas conformidades ou adaptações à evolução natural da tecnologia e do pensamento, mas, bem ao contrário, radicalizaram suas próprias ações como atores na sociedade. Essa realidade imposta pela radicalização do tempo de mudança, e alimentada por novos modelos mentais, estabelece os ciclos de modernidade e de pós-modernidade.

O que diferencia a época cibernética das anteriores é a imaterialidade dos principais objetos da vida econômica e organizacional. Um mundo de virtualidades passa a dominar as objetividades e subjetividades da nova realidade. A realidade cibernética contrapõe-se à realidade material, construindo o ciberespaço-tempo em novas linguagens, signos e conceitos. O pensamento comanda fluxos não visíveis, deslocando-se por cibervias apenas imagináveis, mas que, para os novos padrões e paradigmas das virtualidades construídas representam as imagens concretas de ações aceitas e referendadas. O mundo das imagens, dos signos e dos significados produzidos pelas tecnologias avançadas gera mais riqueza em menor tempo do que os longos e controversos anos da modernidade industrial. Nos próximos anos, com maior velocidade, a mudança, a inovação e o comportamento caracterizarão mais claramente, a pós-modernidade. **Outras pós-modernidades serão introduzidas ao tempo de novas modernidades tecnológicas, científicas e de informação.**

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

O advento da economia global projetou mudanças substanciais nos costumes, na cultura e nas identidades nacionais. Saber até onde o fenômeno tecnológico-econômico global irá produzir uma sociedade global e, particularmente, quando, é imprevisível. Contudo, a tendência é para a sociedade econômica nacional se inserir continuamente na sociedade global, já delineada, incorporando uma ampla faixa de costumes, ações políticas, valores e significados globalmente aceitos e praticados. No novo espectro destacam-se as questões fundamentais do poder, do território e da territorialidade.

A questão do território e da territorialidade foi bem posta por Sassen (1999, p.100): “impacto da globalização econômica na jurisdição territorial, ou, mais teoricamente, a da territorialidade exclusiva do Estado-nação”. **Sassen coloca uma questão importante e que pode ser vista como uma percepção clara da realidade atual: “estamos testemunhando processos incipientes de desnacionalização da soberania; o deslocamento parcial da soberania do Estado Nacional”**. Ainda, seguindo o pensamento da autora (p.101): “minha hipótese é a de que enquanto a globalização deixa o território nacional basicamente inalterado, ela está tendo efeitos pronunciados na territorialidade exclusiva do estado nacional, isto é, seus efeitos não são tanto no território em si como no encasular institucional do fato geográfico do território nacional. A globalização econômica implica um conjunto de práticas que desestabilizam outro conjunto de práticas, por exemplo, práticas que vieram a constituir a soberania do Estado nacional”.

As sociedades nacionais partilham cada vez mais a idéia do global, uma estreita interação da dualidade nacional-global, especialmente quando os fluxos da vida pós-moderna se movimentam pela nova dimensão do espaço, o ciberespaço. Os limites que a modernidade industrial impunha à sociedade através dos aparelhos ideológicos de Estado são superados pelas novas concepções da organização econômica e social da pós-modernidade. A interação entre os processos globais de ação social configura uma realidade interdependente. É, precisamente, essa realidade interdependente um dos traços mais marcantes da sociedade pós-moderna, tão incompleta, ainda imperfeita e conseqüentemente injusta; mas global, sem dúvida!

11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAUMAN, Z. *La globalización: consecuencias humanas*. Buenos Aires. Fondo de Cultura Económica de Argentina, 1999.
- *Em busca da política*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 2000.
- BOISIER, S. *Modernidad y territorio*. Santiago de Chile. Cuadernos del ILPES, n.42, 1996.
- BOURDIEU, P. *O Poder simbólico*. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2001.
- BOUDEVILLE, J. R. *Los espacios económicos*. Buenos Aires. Eudebra, 1961.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. v.1, São Paulo. Paz e Terra, 1999.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro. Graal, 1996.
- FURTADO, C. *O capitalismo global*. São Paulo. Paz e Terra, 2000.
- HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo. Edições Loyola, 1993.
- LEBRUN, G. *O que é poder*. São Paulo. Brasiliense, 1999.
- RUSSELL, B. *O poder: uma nova análise social*. São Paulo. Livraria Martins, 1941.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo. Hucitec, 1996.
- SASSEN, S. Território e territorialidade na economia global. In BARROSO, J. R. (coord.): *Globalização e identidade nacional*. São Paulo. Atlas, 1999.
- TOURAINÉ, A. *Crítica da modernidade*. Rio de Janeiro. Vozes, 1999.
- VIEIRA, E.F. & VIEIRA, MMF. *Geoestratégia dos espaços econômicos: o paradigma espaço-tempo na gestão do território*. In GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO E PODERES LOCAIS: marcos teóricos e avaliação, Tânia Fischer (organizadora). Salvador. Casa da Qualidade, 2002.
- VIEIRA, E.F. & VIEIRA, MMF. *Espaços econômicos, geoestratégia, poder e gestão do território*. Porto Alegre, Sagra-Luzzatto, 2003.